D1000 VAREJO FARMA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 12.108.897/0001-50

Relatório da Administração sobre os Resultados

Somos a d1000, a nona maior rede de drogarias do Brasil no quesito faturamento[1]. Pertencemos ao mesmo grupo econômico da Profarma, a segunda maior distribuidora de produtos farmacêuticos e perfumaria do país, que possui suas ações ordinárias admitidas à negociação no segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado, desde 2006. Somos formados pelo conjunto das bandeiras *Drogasmil*, *Farmalife*, *Drogarias Tamoio* e *Drogaria Rosário*, sociedades que foram adquiridas por nós entre 2013 e 2016. Desde 2013, implementamos um intenso modelo de reestruturação (*turnaround*) nas drogarias que operamos e, com isso, conseguimos um considerável ganho de produtividade, o que pode ser verificado pela evolução do nosso faturamento por loja que era de R$ 458,5 mil em 31 de dezembro de 2017 e passou para R$ 506,4 mil em 31 de dezembro de 2019 (R$ 501,4 mil em 31 de dezembro de 2018), representando um $CAGR_{17-19}$ de 5,09%. Operamos por meio de nossas 196[2] lojas físicas e centrais de atendimento telefônico (*call center/delivery*) nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e no Distrito Federal. Em apenas sete anos de atividade no setor de varejo farmacêutico, conquistamos posição de liderança em nossas principais áreas de atuação, estando entre as *top* três drogarias, tanto no Distrito Federal como no Rio de Janeiro[3]. Nossas bandeiras estão presentes há mais de 40 anos em suas respectivas regiões de atuação e apresentam notável reconhecimento dos consumidores. No Rio de Janeiro, por exemplo, na edição do *ranking* de marcas destaque do varejo farmacêutico elaborada pela Revista Veja Rio[4], a *Drogasmil* foi reconhecida entre as três farmácias preferidas, enquanto a *Drogaria Rosário* figura como a mais desejada (*top of mind*) da categoria *farmácia* por quatro anos consecutivos, desde 2016[5]. Contamos com cerca de 3.600 colaboradores e atendemos aproximadamente 2,5 milhões de consumidores/mês. Nossa plataforma diversificada nos permite experimentar as particularidades e necessidades de todas as classes sociais da população brasileira (desde A+ a C), respeitando as características de cada região. Fazemos parte do Grupo Profarma e, por isso, usufruímos de algumas vantagens competitivas decorrentes deste modelo integrado, dentre elas: • maior periodicidade de entregas (entregas diárias) e, por consequência, menor ruptura; • menor necessidade de capital de giro (utilização do estoque da Profarma); • aproveitamento de sinergias administrativas (utilização de um centro de serviços compartilhados (*back-office*)); • baixa demanda de Capex para centros de distribuição (utilização dos centros de distribuição da Profarma); • eficiência tributária com a presença de centro de distribuição e loja no mesmo estado (visto que a Profarma possui 11 centros de distribuição, o que nos permite reduzir o valor de imposto (ICMS) cobrado sobre a circulação de mercadoria); e • incremento de poder de barganha com os fornecedores, já que, juntos, somos o terceiro maior comprador do setor farmacêutico privado nacional[6]. A atuação da nossa Companhia é voltada para a comercialização de: (i) medicamentos (a) *branded* (medicamentos sujeitos à prescrição médica), (b) genéricos, e (c) OTC/ MIPS (*over-the-counter/ medicamentos isentos de prescrição*), tais como remédios para tosse, dor e gripe; (ii) produtos de higiene pessoal, beleza e dermocosméticos, tais como produtos infantis, sabonetes, cremes de tratamento e tinturas para cabelo e maquiagem, e (iii) produtos de conveniência, tais como produtos alimentícios, medidores de pressão, balanças e correlatos. Para mais informações sobre os produtos que são comercializados por nossa Companhia, ver item 7.2a) deste Formulário de Referência.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais para os Períodos Indicados: A tabela a seguir apresenta um resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Indicadores financeiros (em R$ mil)	2019	2018	2017	Δ 19x18	Δ 18x17
Lucro Bruto	341.939,50	347.423,00	369.419,00	(1,58)%	(5,95)%
Despesas Operacionais	(362.859,61)	(337.876,00)	(408.161,00)	(2,68)%	(17,27)%
Resultado antes dos impostos	4.174,82	2.681,00	(72.327,00)	(190,58)%	103,71%
EBITDA[1]	84.487,83	31.584,00	(16.464,00)	167,50%	(291,84)%
Margem EBITDA	7,46%	2,72%	(1,44)%	4,7 p.p	4,2 p.p
Despesas de fechamento de lojas/reestruturação	-	1.850,00	16.659,01	-	(88,9%)
Arrendamento Mercantil	(58.996,00)	-	-	-	-
EBITDA Ajustado[2]	25.491,83	33.433,75	195,01	(23,75)%	17044,63%
Margem EBITDA Ajustado	2,25%	2,88%	0,00%	(0,6)p.p	2,9p.p

Indicadores	2019	2018	2017	Δ 19x18	Δ 18x17
Número de Lojas Abertas	6,00	2,00	1,00	2,00	1,00
Número de Lojas Encerradas	14,00	23,00	55,00	-0,39	-0,58
Número de Lojas Ativas (final do período)	196,00	204,00	225,00	-0,04	-0,09
Receita Bruta mensal por loja (R$ mil)	506,43	501,40	458,53	0,01	0,09
Margem de Contribuição	7,10%	6,70%	6,00%	0,4 p.p	0,7 p.p

Endividamento: A tabela a seguir ilustra o endividamento da Companhia ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Indicadores financeiros (em R$ mil)	2019	2018	2017	Δ 19x18	Δ 18x17
Empréstimos e financiamentos (Passivo Circulante)	131.416,00	104.094,00	267.630,00	26,25%	(61,11)%
Empréstimos e financiamentos (Passivo Não Circulante)	87.283,00	87.430,00	19.400,00	(0,17)%	350,67%
Dívida Bruta	218.699,00	191.524,00	287.030,00	14,19%	(33,27)%
Caixa e Equivalente de caixa	49.166,00	57.619,00	46.705,00	(14,67)%	23,37%
Instrumentos Financeiros	4.575,00	2.968,00	-	54,14	-
Dívida Líquida	164.958,00	130.937,00	240.325,00	25,98%	(45,52)%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	6,4x	5,9x	670x	-	-
Patrimônio Líquido	466.049,00	491.570,00	257.269,00	(5,19)%	91,07%

Importante destacar que o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi prejudicado no ano de 2017, devido aos resultados iniciais advindos da aquisição da Rede Rosário. Neste contexto, o indicador perde a comparabilidade com o mesmo indicador dos anos subsequentes. A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o lucro (prejuízo) líquido divulgado em nossas informações trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019 e em nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R$mil)	2019	2018	2017
Lucro/Prejuízos	(7.486,82)	2.681,00	(72.327,00)
Imposto de renda e contribuição social	11.661,70	(13.004,00)	(23.228,00)
Resultado financeiro líquido	(25.095,00)	19.870,00	56.563,00
Despesas de Depreciação e Amortização	105.407,82	22.037,00	22.528,00
EBITDA	84.487,70	31.584,00	(16.464,00)
Despesas de fechamento de lojas/reestruturação	-	1.850,00	16.659,00
Arrendamento [(1)]	(58.996,00)	-	-
EBITDA Ajustado	25.491,70	33.434,00	195,00
Receita operacional líquida	1.132.211,00	1.161.068,00	1.143.299,00
Margem EBITDA	7,46%	2,72%	(1,44)%
Margem EBITDA Ajustado	2,25%	2,88%	0,02%
Dívida Líquida/EBITDA	2,0 x	4,1 x	(14,6)x
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	6,5 x	3,9 x	1.232,4x

[(1)] Ajuste para fins de comparação em função da aplicação da Norma CPC06(R2) IFRS16 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre a Dívida Bruta e a Dívida Líquida apresentada em nossas informações trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019 e em nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Em 31 de dezembro de (em R$mil)	2019	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos (Passivos Circulante)	131.416,00	104.094,00	267.630,00
Empréstimos e Financiamentos (Passivos Não Circulante)	87.283,00	87.430,00	19.400,00
Dívida Bruta	218.699,00	191.524,00	287.030,00
Caixa e equivalentes de caixa	(49.166,00)	(57.619,00)	(46.705,00)
(-) Instrumentos Financeiros (Ativo Circulante)	(2.293,00)	(1.998,00)	-
(-)Instrumentos Financeiros (Ativo Não Circulante)	(2.282,00)	(970,00)	-
Dívida Líquida	164.958,00	130.937,00	240.325,00

Declaração dos diretores: Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, emitido em 03 de março de 2019, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Relacionamento com os auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM n° 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes KPMG Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Não obstante, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais além destes de auditoria das demonstrações financeiras.

1. EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM n.° 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
2. EBITDA Ajustado das despesas de fechamento de lojas/reestruturação nos anos de 2017 e 2018, e para 2019 exclui o efeito positivo de adoção do IFRS 16 / CPC 06

1 Conforme base de dados divulgada pela Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias e considerando-se o faturamento das Drogaria Tamoio.
2 Em 31 de dezembro de 2019.
3 Com base no critério de número de lojas em 31 de dezembro de 2019
4 De acordo com a reportagem "Pesquisa de Veja Rio revela as marcas preferidas dos cariocas", divulgada pela Revista Vejo Rio em março de 2018.
5 De acordo com a pesquisa realizada pela Data Folha em novembro de 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente.
6 Utilizando como critério as informações divulgadas pela IQVIA aos associados no mês de janeiro de 2020, referente a dezembro de 2019.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	25	-	-	**1.132.211**	**1.161.068**
Custo dos produtos vendidos		-	-	(790.271)	(813.645)
Lucro Bruto		-	-	**341.940**	**347.423**
Despesas gerais e administrativas	28	(4)	(1)	(30.052)	(33.850)
Despesas comerciais e marketing	28	-	-	(223.542)	(284.983)
Despesas logística e distribuição	28	-	-	(2.991)	(3.369)
Despesas de infraestrutura	28	-	-	(105.408)	(22.037)
Provisão p/ perda crédito esperado	28	-	-	(711)	1.325
Outras despesas/receitas operacionais	28	-	-	(156)	5.038
Resultado de equivalência patrimonial	13.b	(7.482)	2.683	-	-
		(7.486)	**2.682**	**(362.860)**	**(337.876)**
Resultado antes do resultado financeiro		**(7.486)**	**2.682**	**(20.920)**	**9.547**
Receitas financeiras	26	-	-	65.369	1.843
Despesas financeiras	26	(1)	(1)	(40.274)	(21.713)
Resultado financeiro líquido	**26**	**(1)**	**(1)**	**25.095**	**(19.870)**
Resultado antes dos impostos		**(7.487)**	**2.681**	**4.175**	**(10.323)**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	-	-	(11.219)	13.613
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(443)	(609)
		-	**-**	**(11.662)**	**13.004**
Resultado do exercício		**(7.487)**	**2.681**	**(7.487)**	**2.681**
Resultado por lote de mil ações (em RS)		**(0,011)**	**0,004**	**(0,011)**	**0,004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Resultado do exercício	**(7.487)**	**2.681**	**(7.487)**	**2.681**
Total dos Resultados Abrangentes do Exercícios	**(7.487)**	**2.681**	**(7.487)**	**2.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Receitas	-	-	**1.201.591**	**1.227.550**
Vendas de mercadorias produtos e serviços	-	-	1.202.197	1.227.454
Provisão para crédito de liquidação duvidosas - Reversão/(Constituição)	-	-	(606)	96
Insumos adquiridos de terceiros	**(6)**	**(1)**	**(862.265)**	**(880.730)**
Matérias-primas consumidas	-	-	-	-
Custo das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(790.955)	(813.515)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(4)	-	(70.778)	(79.942)
Perda/Recuperação de valores ativos	-	-	-	232
Outras	(2)	(1)	(532)	12.495
Valor adicionado bruto	**(6)**	**(1)**	**339.326**	**346.820**
Depreciação e amortização	-	-	(105.407)	(22.037)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(6)**	**(1)**	**233.919**	**324.783**
Valor adicionado recebido em transferência	**(7.481)**	**2.683**	**53.489**	**2.157**
Resultado de equivalência patrimonial	(7.481)	2.683	-	-
Receitas financeiras	-	-	53.468	1.843
Outras	-	-	21	314
Valor adicionado total a distribuir	**(7.487)**	**2.682**	**287.408**	**326.940**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:	**-**	**-**	**183.834**	**190.139**
Remuneração direta	-	-	161.391	164.700
Benefícios	-	-	13.331	15.547
FGTS	-	-	9.112	9.892
Impostos, taxas e contribuições:	**-**	**-**	**86.264**	**58.047**
Federais	-	-	32.735	8.858
Estaduais	-	-	40.657	36.305
Municipais	-	-	12.872	12.884
Remuneração de Capital de Terceiros:	**-**	**1**	**24.797**	**76.073**
Juros	-	1	28.331	21.712
Aluguéis	-	-	(3.534)	54.361
Remuneração de Capitais Próprios:	**(7.487)**	**2.681**	**(7.487)**	**2.681**
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(7.487)	2.681	(7.487)	2.681
Valor adicionado distribuído	**(7.487)**	**2.682**	**287.408**	**326.940**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**314.310**	**80.588**	**(137.629)**	**257.269**
Efeito adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	(2.499)	(2.499)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	42.184	-	42.184
Aumento de Capital c/ AFAC	122.772	(122.772)	-	-
Aumento de Capital c/Dinheiro	191.935	-	-	191.935
Resultado do Período	-	-	2.681	2.681
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**629.017**	**-**	**(137.447)**	**491.570**
Adoção Inicial IFRS 16 / CPC 6	-	-	(23.034)	(23.034)
Aumento de Capital c/ Dinheiro	5.000	-	-	5.000
Resultado do Período	-	-	(7.487)	(7.487)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**634.017**	**-**	**(167.968)**	**466.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Resultado antes do IR/CS	**(7.487)**	**2.681**	**4.175**	**(10.323)**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	23.060	22.037
Depreciação direito de uso imóveis	-	-	48.298	-
Resultado equivalência patrimonial	7.482	(2.683)	-	-
Juros de Empréstimos Provisionados	-	-	17.830	17.707
Provisão/Reversão para perdas de créditos esperados	-	-	423	60
Perda na baixa de imobilizado e intangível	-	-	1.142	661
Provisão/Reversão para perda estoque	-	-	(665)	(4.124)
Provisão/Reversão para contingência	-	-	(11.706)	(29.436)
Provisão/Reversão de parcelamentos de impostos	-	-	-	(16.379)
Baixa por *impairment*	-	-	34.050	-
Redução de contas a pagar aquisição Rosário	-	-	(63.993)	-
Encargos financeiros direito de uso	-	-	13.606	-
Outros	(1)	-	(512)	(4.277)
	(5)	**(2)**	**65.708**	**(24.074)**
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	-	-	5.105	172
Estoques	-	-	2.752	5.960
Impostos a recuperar	-	-	(5.025)	(7.457)
Outros	-	-	(3.659)	2.526
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	(1)	(170)	(10.877)
Salários e contribuições	-	-	757	(3.427)
Impostos a recolher	-	-	(4.379)	2.121
Outros	-	-	654	(801)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**(5)**	**(3)**	**61.742**	**(35.857)**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aumento de investimento	(5.000)	(234.119)	(5.000)	(54.535)
Adições ao imobilizado	-	-	(14.268)	(11.910)
Adições ao Intangível	-	-	(5.935)	(2.895)
Baixas de imobilizado	-	-	263	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(5.000)**	**(234.119)**	**(24.940)**	**(69.340)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Aumento de capital / adiantamento para futuro aumento de capital	5.000	234.119	5.000	234.119
Obtenção de empréstimos - Principal	-	-	133.750	145.947
Pagamento de empréstimos - Amortização	-	-	(111.130)	(237.764)
Pagamento de empréstimos - Juros	-	-	(13.881)	(26.191)
Pagamento de Arrendamento direito de uso	-	-	(58.994)	-
Caixa líquido atividades de financiamento	**5.000**	**234.119**	**(45.255)**	**116.111**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	**(3)**	**(8.453)**	**10.914**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	8	57.619	46.705
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	0	5	49.166	57.619
	(5)	**(3)**	**(8.453)**	**10.914**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	5	49.166	57.619
Instrumentos financeiros	27	-	-	2.293	1.998
Contas a receber	7	-	-	13.086	18.614
Estoques	8	-	-	129.448	132.200
Impostos a recuperar	9	-	-	35.319	34.621
Outros contas a receber	10	-	-	19.449	16.231
Total dos Ativos circulantes		**-**	**5**	**248.761**	**261.283**
Ativos não circulantes					
Depósitos judiciais		-	-	7.582	6.475
Instrumentos financeiros	27	-	-	2.282	970
IR e CSLL diferidos	21	-	-	28.527	28.259
Impostos a recuperar	9	-	-	3.232	707
Outros contas a receber	10	-	-	525	524
Investimentos	13	466.049	491.565	-	-
Imobilizado	14	-	-	181.403	51.339
Intangível	15	-	-	623.331	665.333
Total dos Ativos não circulantes		**466.049**	**491.565**	**846.882**	**753.607**
Total dos Ativos		**466.049**	**491.570**	**1.095.643**	**1.014.890**

Passivos	Nota	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Passivos circulantes					
Fornecedores	16	-	-	113.534	113.704
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	131.416	104.094
Salários e contribuições sociais		-	-	21.764	21.007
Impostos e taxas	19	-	-	15.019	13.087
Arrendamento a pagar	18	-	-	44.500	-
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	22	-	-	3.031	84.024
Outros		-	-	5.011	3.972
Total dos passivos circulantes		**-**	**-**	**334.275**	**339.888**
Passivos não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	87.283	87.430
Impostos e taxas	19	-	-	9.756	16.174
Impostos diferidos	21	-	-	13.101	12.685
Provisão para Contingências	20	-	-	55.437	67.143
Arrendamento a pagar	18	-	-	117.742	-
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	22	-	-	12.000	-
Total dos Passivos não circulantes		**-**	**-**	**295.319**	**183.432**
Patrimônio líquido	23				
Capital social	23.a	634.017	629.017	634.017	629.017
Prejuízos acumulados		(167.968)	(137.447)	(167.968)	(137.447)
Total do Patrimônio Líquido		**466.049**	**491.570**	**466.049**	**491.570**
Total do Patrimônio Líquido e Passivos		**466.049**	**491.570**	**1.095.643**	**1.014.890**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A D1000 Varejo Farma S.A. ("D1000" ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Ayrton Senna, 2150 Bloco P 3º andar, no Estado do Rio de Janeiro, e possui por objeto, a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. O Grupo tem como controladora integral a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A ("Profarma"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 abrangem o Grupo e suas controladas, conforme destacadas na nota 5, conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo". As entidades operacionais do Grupo atuam, principalmente, na atividade de venda no varejo de produtos farmacêuticos e cosméticos, conforme detalhado a seguir: A CSB Drogarias S.A. opera no varejo farmacêutico do Rio de Janeiro, através das marcas Drogasmil e Farmalife, contando com uma rede de 58 lojas na região metropolitana do Rio de Janeiro. A Drogaria Cipriano de Santa Rosa Ltda é uma holding que controla as entidades operacionais detentoras das lojas da rede de Drogarias Tamoio. Esta rede conta com 64 lojas, distribuídas principalmente na cidade de Niterói, São Gonçalo, região dos lagos e região serrana do estado do Rio de Janeiro. A Rede Rosário (Drogarias Rosário S/A) opera 74 lojas no Distrito Federal, Goiás, Tocantins e Mato Grosso. **2. BASE DE PREPARAÇÃO: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), este materializou-se através dos pronunciamentos denominados CPC. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 03 de março de 2020. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil foram aplicados, conforme descrito na nota explicativa 2.1 - mudança nas políticas contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo do exercício de R$ 7,5 milhões e apresenta prejuízos acumulados de R$ 160,9 milhões. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de assegurar a continuidade operacional para o futuro previsível, a qual considera o plano de negócios da Companhia, elaborado tendo por base as ações futuras planejadas pela Administração, bem como certas premissas macroeconômicas e setoriais relevantes, como, por exemplo, estimativas de crescimento de vendas e ganhos operacionais. Considerando o plano de negócios, a Administração acredita que os pagamentos das obrigações ocorrerão conforme planejado e que a geração de fluxo de caixa será suficiente para atender as suas obrigações para o futuro previsível. Adicionalmente, a administração espera que eventuais obrigações adicionais também serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos financeiros. Na análise do Capital Circulante Líquido, tendo um passivo relevante com a própria controladora, a D1000 Varejo, vem apresentando melhora em sua geração de caixa, razão pela qual a necessidade de aportes por parte da controladora reduziu substancialmente de R$ 234.100 no exercício de 2018 para R$ 5.000 no exercício de 2019. Como nos anos anteriores, caso não haja a operação de captação de recursos no mercado e caso haja necessidade, a controladora tem a capacidade e intenção de fazer os aportes necessários de capital no prazo de pelo menos 12 (doze meses) da data da aprovação destas demonstrações financeiras. Com base em sua avaliação, a Administração concluiu que não existe incerteza relevante quanto a capacidade da Companhia de continuar operando no futuro previsível. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base em continuidade operacional.**2.1. Novas normas e interpretações: · CPC06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:** Em 1º de janeiro de 2016 o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases, em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, em substituição a IAS 17 / CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. A nova IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O CPC06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. **(i) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário:** O Grupo reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente de lojas e centro de distribuição. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudou porque o Grupo reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. **(ii) Transição:** O Grupo aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. **Resultados:** Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que há um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. O Grupo teve com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 os seguintes impactos iniciais: - Reconhecimento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento; - Aumento do EBITDA (Resultado operacional); - Variação temporal não relevante do lucro líquido, sem efeitos no período total dos contratos. O Grupo reconheceu os seguintes valores na data de transição em 1° de janeiro de 2019:

Contas contábeis impactadas / novas contas contábeis	Consolidado
Ativo	**137.789**
Direito de uso de ativos	137.789
Passivo circulante	
Compromissos de Arrendamentos Operacionais	(74.573)
Total passivo circulante	**(74.573)**
Passivo não circulante	
Compromissos de Arrendamentos Operacionais	(97.321)
Total passivo não circulante	**(97.321)**
Passivo	(171.894)
IR diferido	11.071
Impacto patrimônio líquido	**(23.034)**

· IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento dos impostos e contribuições sobre o lucro líquido: Essa interpretação aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas quando sobre os tratamentos fiscais de acordo com o IAS 12. Considera especificamente: - Se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente; - Pressuposto de que as autoridades fiscais têm o direito de examinar qualquer montante reportado; - Determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas; e - Efeito das mudanças nos fatos e circunstâncias. A administração não identificou impactos decorrentes deste pronunciamento. **3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO:** Essas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** a. **Caixa e equivalente de caixa:** Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. **b. Reconhecimento de receita:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são fundamentalmente representadas por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor final. Os clientes obtêm o controle dos produtos vendidos, substancialmente medicamentos e perfumaria, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes nas instalações do Grupo (lojas físicas), sendo as faturas emitidas e a receita reconhecida naquele momento. Eventuais descontos são concedidos no momento das vendas, e é reconhecido como redutores da receita. Dada a natureza dos produtos vendidos (medicamentos, origem controlada), raramente são aceitas devoluções. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **1) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa 7 - Conta a Receber, Nota Explicativa 8 - Estoques, Nota Explicativa 10 - Outros contas a receber, Nota Explicativa 15 - Intangível, Nota Explicativa 20 - Provisão para Contingências, Nota Explicativa 21 - Imposto de renda e contribuição social. **2) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 21 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota explicativa 15 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; Notas explicativas 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa 7 e 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais. **d. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** *Instrumentos Financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: política aplicável a partir de janeiro de 2018.* - Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. - Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. - Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. - Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. *Hedges de fluxo de valor justo:* O ganho ou a perda no instrumento de hedge deve ser reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes, se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes). O ganho ou a perda protegida no item protegido deve ajustar o valor contábil do item protegido (se aplicável) e deve ser reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegida no item protegido deve ser reconhecido no resultado. Se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual o Grupo escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores devem permanecer em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequente à sua designação, deve ser reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda correspondente reconhecida no resultado. **e. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as Demonstrações Financeiras das controladas Nice RJ Participações S.A., Drogaria Cipriano de Santa Rosa Ltda, CSB Drogarias S.A, Drogaria Rosário S.A, Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Casa Saba Brasil Holding Ltda.. Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações em empresas o Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis do Grupo são aplicadas consistentemente entre todas as empresas que fazem parte do consolidado. **f. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação) e líquido de provisão para perda esperada. O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação. A perda de créditos esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **g. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável). **h. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial. **i. Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **j. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: • Ágio apurado em aquisições envolvendo combinações de negócios. Comprometimento testado anualmente. • O software adquirido de terceiros com uma vida útil definida é amortizado por um período de 5 anos. Esses ativos são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido das despesas de amortização. • Pontos de venda (lojas) adquiridos de terceiros e mensurados ao custo de aquisição, líquido de amortização, com vida útil conforme o prazo dos contratos de aluguel. • Valor de marcas e patentes calculado em aquisições envolvendo a combinação de negócios. O valor da marca sem vida útil definida é testado anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável e deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se necessário. **k. Redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*: Ativos financeiros:** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual às perdas esperada para 12 meses (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O Grupo não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2019 e 2018. **l. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulante e não circulante são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Especificamente em relação aos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estes são mensurados pelo valor justo (na data do balanço), resultante da contabilidade de hedge do valor justo. **m. Provisão:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **n. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido):** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride. Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas fiscais que se espera que sejam aplicadas à diferenças temporárias quando se revertem, usando taxas de imposto realizadas ou substancialmente realizadas na data do relatório. **o. Demonstrações de valor adicionado:** O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com BR GAAP enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **p. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores do Grupo e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **q. Informações por segmento:** O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, varejo de produtos farmacêuticos e de perfumaria, que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões (diretoria executiva). **5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações do Grupo e das seguintes controladas:

Controladas diretas	Participações (%) 31/12/2019	Participações (%) 31/12/2018
Nice RJ Participações S.A.	100,00%	100,00%
Drogaria Cipriano de Santa Rosa Ltda.	100,00%	100,00%

Controladas indiretas	Participações (%) 31/12/2019	Participações (%) 31/12/2018
CSB Drogaria S.A.(i)	100,00%	100,00%
Drogaria Rosário S.A.(i)	100,00%	100,00%
Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. (i)	100,00%	100,00%
Casa Saba Brasil Holdings Ltda. (i)	100,00%	100,00%

(i) Empresas sob controle direto da Nice RJ Participações S.A

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: a. Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; d. Eliminação de encargos de tributos sobre a parcela de lucros não realizados apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 31.12.2019	Controladora 31.12.2018	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Caixa e bancos	-	5	11.061	7.868
Aplicações financeiras	-	-	38.105	49.751
	-	**5**	**49.166**	**57.619**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Santander, Itaú, Safra, e Caixa Econômica Federal, remunerado a taxa entre 97% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário-CDI (97% a 101% em 31 de dezembro de 2018). A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Clientes	13.599	18.704
Perdas de créditos esperados	(513)	(90)
	13.086	**18.614**

Segue a posição dos saldos:

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
A Vencer	12.485	17.382
Vencidos de 1 a 30 dias	317	432
Vencidos de 31 a 60 dias	71	410
Vencidos de 61 a 90 dias	101	114
Vencidos de 91 a 180 dias	112	276
Vencidos a mais de 181 dias	513	90
	13.599	**18.704**

Segue movimentação para perdas de crédito esperadas (PCE):

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Saldo Inicial	**(90)**	**(30)**
Adições	(1.142)	(661)
Reversões	719	601
Saldo Final	**(513)**	**(90)**

8. ESTOQUES

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Medicamentos	79.289	80.594
Perfumaria	50.159	51.606
	129.448	**132.200**

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Movimentação Perda Estoque		
Saldo inicial	**(665)**	**(4.789)**
Reversões	665	4.124
Saldo Final	**-**	**(665)**

A constituição para perda ocorre conforme inventários feitos periodicamente nas lojas (a cada 90 dias). Esses inventários são baseados na quantidade de produtos listados em sistema e confrontados com a contagem do físico nas lojas.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Circulante		
ICMS	11.963	9.332
IR e CSLL	13.811	13.700
PIS e COFINS	9.222	11.297
Outros	323	292
	35.319	**34.621**
Não Circulante		
PIS e COFINS	3.232	-
IR e CSLL	-	707
	3.232	**707**

10. OUTROS CONTAS A RECEBER

	Consolidado 31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
Circulante		
Despesas antecipadas de seguros	879	588
Despesas antecipadas de arrendamentos	-	2.350
Despesas antecipadas de IPTU	400	1.117
Despesas antecipadas de Benefícios Trabalhistas	1.389	1.057
Despesas antecipadas com Software	514	501
Outras despesas antecipadas	2.514	1.564
Adiantamentos	1.953	1.473
Acordos Comerciais (a)	13.464	9.992
Provisão p/ perda crédito esperada (a)	(1.664)	(2.411)
	19.449	**16.231**
Não Circulante		
Precatórios	525	524
	525	**524**

(a) Referem-se a reembolsos contratuais gerados por despesas incorridas pelo Grupo para fomentar ações de marketing e venda dos produtos dos seus fornecedores.

11. PARTES RELACIONADAS: O Grupo é composto pelas controladas diretas e indiretas. A composição acionária da controladora está demonstrada na nota explicativa nº 5. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre as controladas e controladoras. As transações comerciais de compra e venda de produtos (vencíveis no curto prazo, sem incidência de juros) estão demonstradas abaixo:

	31.12.2019 CSB	31.12.2019 Cipriano	31.12.2019 COF	31.12.2019 Rosário	31.12.2019 Total	31.12.2018 Total
Contas a receber (Profarma)	-	-	190	-	190	1.450
Fornecedores (Profarma)	(27.379)	(39.454)	-	(33.310)	(100.143)	(97.154)

	31.12.2019 CSB	31.12.2019 Cipriano	31.12.2019 COF	31.12.2019 Rosário	31.12.2019 Total	31.12.2018 Total
Receitas líquida (Profarma)	-	-	(4.243)	-	(4.243)	(4.692)
Despesas (Profarma)	250.120	303.399	-	272.809	826.328	765.210

12. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO: No exercício, a remuneração dos Diretores foi de R$ 673 (R$ 2.655 em dezembro de 2018). Os encargos sociais sobre estas remunerações totalizaram R$ 247 (R$ 977 em 31 de dezembro de 2018). Além da remuneração, o Grupo concede aos seus Diretores, seguro saúde e de vida no montante de R$ 5 (R$ 18 em 31 de dezembro de 2018).

13. INVESTIMENTOS: a. Informações das controladas:

Controladas	Capital Social 31.12.2019	Capital Social 31.12.2018	Qtde de Quotas (lote mil) 31.12.2019	Qtde de Quotas (lote mil) 31.12.2018	Patrimônio Líquido 31.12.2019	Patrimônio Líquido 31.12.2018	Resultado do Período 31.12.2019	Resultado do Período 31.12.2018	Participação em % 31.12.2019	Participação em % 31.12.2018	Participação PL 31.12.2019	Participação PL 31.12.2018
Nice RJ Participações S/A (*)	349.824	344.824	601.124	596.124	211.877	242.355	(19.308)	(2.108)	100,00%	100,00%	211.877	242.355
Drogarias Cipriano	253.816	253.816	253.816	253.816	254.172	249.210	11.826	4.791	100,00%	100,00%	254.172	249.210
Total Investimentos											**466.049**	**491.565**

(*) Holding com participação indireta de 100% na CSB Drogarias S/A (Rede Drogasmil) e na Rosário/COF (Rede de Drogaria Rosário).

b. Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Nice	Cipriano	Itamaraty	CSB	Rosário	COF	CSBH	Eliminação	Total
Saldo em 31.12.17	**257.261**	**-**	**22.261**	**(41.691)**	**(65.112)**	**(64.339)**	**-**	**148.881**	**257.261**
Aquisição	-	-	-	-	-	-	(1.704)	1.704	-
Resultado do exercício	(2.108)	4.791	-	30.922	(11.918)	1.465	(272)	(20.197)	2.683
Aumento de Capital	159.785	74.335	-	26.200	27.617	64.383	1.420	(119.620)	234.120
Cisão/Incorporação (*)	(170.094)	170.094	(22.261)	-	-	-	-	22.261	-
Ajuste adoção inicial CPC 48 (**)	(2.489)	(10)	-	(1.061)	(1.427)	-	-	2.488	(2.499)
Saldo em 31.12.18	**242.355**	**249.210**	**-**	**14.370**	**(50.840)**	**1.509**	**(556)**	**35.517**	**491.565**
Resultado do exercício	(19.308)	11.826	-	(9.511)	(14.352)	(3.939)	(9)	27.811	(7.482)
Aumento de Capital	5.000	-	-	-	-	-	-	-	5.000
Adoção inicial CPC 06 (R2) (**)	(16.170)	(6.864)	-	(7.385)	(7.243)	(1.543)	-	16.171	(23.034)
Saldo em 31.12.19	**211.877**	**254.172**	**-**	**(2.526)**	**(72.435)**	**(3.973)**	**(565)**	**79.499**	**466.049**

(*) Esta empresa estava sob controle direto de Nice e, em 2018, resultante de uma reestruturação estatutária, passou a estar sob controle direto da D1000

(**) Efeito da adoção do CPC 48 e 06 (R2) nas empresas controladas do varejo.

Aporte de capitais nas controladas direta/indireta da D1000: Em dezembro de 2019 foram efetuados os seguintes aportes de capitais nas controladas diretas da D1000, Nice Participações RJ e Drogarias Cipriano, conforme demonstrado abaixo: Nice Participações, 13 de dezembro de 2019 - Aumento de capital social no valor de R$ 5.000, mediante a emissão de 5.000.000 novas ações ordinárias.

14. IMOBILIZADO

Consolidado

	31.12.2018 Taxa	31.12.2018 Custo	31.12.2019 Adições	31.12.2019 Baixa	31.12.2019 Transferência	31.12.2019 Custo	31.12.2019 Depreciação Acumulada	31.12.2019 Valor Líquido	31.12.2018 Valor Líquido
Benfeitorias	10%	76.576	8.292	(2.054)	(5)	82.809	(51.306)	31.503	27.253
Computadores e Periféricos	20%	25.137	1.878	(927)	(7)	26.081	(19.853)	6.228	7.011
Moveis e Utensílios	10%	27.611	2.394	(830)	(20)	29.154	(17.258)	11.896	12.063
Máquinas e equipamentos	10%	10.719	1.704	(400)	32	12.055	(6.790)	5.265	4.675
Veículos	20%	586	-	(2)	-	584	(353)	231	337
Direito de Uso (*)		-	176.516	(1.939)	-	174.577	(48.298)	126.279	-
		140.629	**190.784**	**(6.152)**	**-**	**325.261**	**(143.858)**	**181.403**	**51.339**

(*) Este saldo inclui o efeito da adoção inicial do CPC 06 no montante de R$ 137.789, conforme nota explicativa 2.1.

Consolidado

	31.12.2017 Taxa	31.12.2017 Custo	31.12.2018 Adições	31.12.2018 Baixa	31.12.2018 Transferência	31.12.2018 Custo	31.12.2018 Depreciação Acumulada	31.12.2018 Valor Líquido	31.12.2017 Valor Líquido
Benfeitorias	10%	70.366	6.303	(93)	-	76.576	(49.323)	27.253	24.924
Computadores e Periféricos	20%	21.487	4.336	(686)	-	25.137	(18.126)	7.011	5.276
Moveis e Utensílios	10%	27.558	872	(819)	-	27.611	(15.548)	12.063	13.866
Máquinas e equipamentos	10%	10.377	399	(57)	-	10.719	(6.044)	4.675	5.196
Veículos	20%	626	-	(40)	-	586	(249)	337	467
		130.414	**11.910**	**(1.695)**	**-**	**140.629**	**(89.290)**	**51.339**	**49.729**

O imobilizado do Grupo não apresentou, durante o exercício findo em 31 e dezembro de 2019, indícios de *impairment* dos itens componentes do seu ativo imobilizado

14.1. Depreciações sobre imobilizado.

Consolidado

	Taxa	31.12.2018 Saldo Inicial	31.12.2019 Adições	31.12.2019 Baixa	31.12.2019 Transferência	31.12.2019 Saldo Final
Benfeitorias	10%	(49.323)	(3.642)	1.659	-	(51.306)
Computadores e Periféricos	20%	(18.126)	(2.237)	508	2	(19.853)
Moveis e Utensílios	10%	(15.548)	(2.244)	516	18	(17.258)
Máquinas e equipamentos	10%	(6.044)	(966)	240	(20)	(6.790)
Veículos	20%	(249)	(104)	-	-	(353)
Direito de Uso		-	(48.298)	-	-	(48.298)
		(89.290)	**(57.491)**	**2.923**	**-**	**(143.858)**

continua

		Consolidado 31.12.2017	31.12.2018			
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Transferência	Saldo Final
Benfeitorias	10%	(45.442)	(3.890)	9	-	(49.323)
Computadores e Periféricos	20%	(16.211)	(2.145)	230	-	(18.126)
Moveis e Utensílios	10%	(13.692)	(2.260)	404	-	(15.548)
Máquinas e equipamentos	10%	(5.181)	(892)	29	-	(6.044)
Veículos	20%	(159)	(105)	15	-	(249)
		(80.685)	**(9.292)**	**687**	**-**	**(89.290)**

15. INTANGÍVEL

		Consolidado 31.12.2018	31.12.2019					31.12.2018
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		116.880	-	-	116.880	-	116.880	116.880
Software	20%	10.305	280	-	10.585	(9.131)	1.454	1.997
Ponto Comercial	20%	138.313	5.655	(1.246)	142.722	(73.976)	68.746	76.155
Ágio		470.301	-	(34.050)	436.251	-	436.251	470.301
		735.799	**5.935**	**(35.296)**	**706.438**	**(83.107)**	**623.331**	**665.333**

		Consolidado 31.12.2017	31.12.2018					31.12.2017
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		116.880	-	-	116.880	-	116.880	116.880
Software	20%	10.116	195	(6)	10.305	(8.308)	1.997	2.941
Ponto Comercial	20%	136.222	2.700	(609)	138.313	(62.158)	76.155	85.464
Ágio		470.301	-	-	470.301	-	470.301	470.301
		733.519	**2.895**	**(615)**	**735.799**	**(70.466)**	**665.333**	**675.586**

15.1. Amortização sobre intangível

		Consolidado 31.12.2018	31.12.2019		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Software	20%	(8.308)	(823)	-	(9.131)
Ponto Comercial	20%	(62.158)	(13.044)	1.226	(73.976)
		(70.466)	**(13.867)**	**1.226**	**(83.107)**

		Consolidado 31.12.2017	31.12.2018		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Software	20%	(7.175)	(1.135)	2	(8.308)
Ponto Comercial	20%	(50.758)	(11.610)	210	(62.158)
		(57.933)	**(12.745)**	**212**	**(70.466)**

a. Ágio na aquisição da rede Tamoio: O saldo de R$ 178.540 refere-se à aquisição de 100% da Rede de Drogarias Tamoio, em 23 de dezembro de 2015. **b. Ágio na aquisição da rede CSB / Farmalife:** O saldo de R$ 108.714, referente à aquisição da CSB Drogarias S.A., ocorrida em setembro de 2013. **c. Ágio na aquisição da rede Rosário:** O saldo de R$ 148.997 refere-se à aquisição de 100% das cadeias Drogaria Rosário e Centro Oeste Farma (COF), efetivamente efetuadas em novembro de 2016. A administração definiu cada drogaria, separadamente, como uma unidade geradora de caixa (UGC). Com o objetivo de alocar essas UGCs ao ágio para fins de redução ao valor recuperável, uma vez que todas as operações foram integradas posteriormente ao processo de aquisição (gestão, sistemas, processos, etc.) e se beneficiam das sinergias das combinações (refletindo o nível em que o negócio administradas), todas essas UGCs foram alocadas a todo o saldo do ágio no montante de R$ 436.251 (R$ 470.301 em 2018). O teste de redução ao valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2019, considerando o fluxo de caixa descontado (dez anos e uma taxa de crescimento terminal a partir de então) à taxa de 11,6% ao ano, e um crescimento projetado de 4,2% em uma base de perpetuidade. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração: (I) os níveis médios de crescimento experimentados pela Companhia nos últimos cinco anos; e (II) o crescimento estimado do setor Varejo Farmaceutico (em volume de vendas e preços) para os próximos cinco anos. Com base nesse cálculo, o valor contábil do ágio e essas UGCs foi determinado como superior ao seu valor recuperável, e uma perda por redução ao valor recuperável de R$ 34.050 (2018: zero) foi reconhecida em 2019. A perda por redução ao valor recuperável foi totalmente alocada ao ágio e incluído nas "despesas de infraestrutura". **d. Marcas e Patentes:** Refere-se substancialmente às marcas relacionadas às redes de lojas adquiridas, sendo R$ 50.562 na CSB (marcas Drogasmil e Farmalife), R$ 44.273 na Itamaraty (marca Tamoio) e R$ 22.045 na Rosário (marca Rosário).

16. FORNECEDORES

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores-Mercadorias p/ Revenda	5.860	9.096
Fornecedores Intercompany	100.143	97.154
Fornecedores-Mercadorias não Revenda	7.531	7.454
	113.534	**113.704**

As controladas CSB, Cipriano e COF fazem transações comerciais de compra de mercadorias com sua controladora indireta, conforme nota explicativa nº 11. O Grupo possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo. A exposição do Grupo a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 27.4. Segue a posição dos saldos a pagar de mercadorias para revenda, não revenda e Intercompany por vencimento:

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
De 01 a 60 dias	113.175	112.349
De 61 a 90 dias	171	1.355
De 91 a 360 dias	188	-
	113.534	**113.704**

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições	Indexador	Juros	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Banco Guanabara	CDI	135,00% do CDI a.a.	-	4.554
Banco do Brasil	CDI	128% do CDI a.a.	10.088	20.208
Banco Bradesco	CDI	100% do CDI + 1,50% a.a.	9.318	-
Banco ABC (*)	CDI	100% do CDI + 2,68% a.a.	21.845	32.647
Banco Santander	CDI	100% do CDI + 2,49% a.a.	20.892	6.569
Banco CCB	CDI	100% do CDI + 2,4386 a.a	1.971	-
Banco Itaú		0,5561% a.a. (€$)	10.284	22.028
Banco ABC (*)		2,61% a.a. (€$)	4.978	7.038
Banco IBM	CDI	0,38% a.m.	1.233	2.170
Banco BBM (*)		4,3083 % a.a. (US$)	14.200	20.147
Banco Safra (*)		4,5044% a.a. (US$)	51.932	17.870
Banco Itaú (*)		5,2664% a.a. (US$)	18.102	37.569
HSBC (*)		3,6886 % a.a (US$)	32.228	20.724
Banco CCB		100,00% LIBOR-03 + 0,70% (US$)	21.628	-
			218.699	**191.524**
Circulante			**131.416**	**104.094**
Não circulante			**87.283**	**87.430**

(*) Para os empréstimos em moeda estrangeira contratados, o Grupo optou pela forma de contabilização de *fair value options*, registrando-os pelo valor justo. Para estas operações existe contratação de SWAP para a proteção de fluxos de caixas futuros de liquidação de empréstimos. Das operações dos empréstimos e financiamentos consolidados acima descritas, 43% são garantidos por recebíveis, totalizando R$ 94.553. As outras transações não possuem garantias. Nenhuma das operações de empréstimos possuem índices de *covenants* estabelecidos em contrato. As parcelas dos financiamentos vencíveis a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	Consolidado 31.12.2019
2021	58.882
2022	26.301
2023	2.100
	87.283

	Passivos Empréstimos e Financiamentos	Capital social/AFAC	Total
Em milhares de Reais			
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**191.524**	**629.017**	**820.541**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	5.000	**5.000**
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	133.750	-	**133.750**
Pagamento de empréstimos	(111.130)	-	**(111.130)**
Juros pagos	(13.881)	-	**(13.881)**
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**8.739**	**5.000**	**13.739**
Outras variações	606	-	**606**
Despesas com juros	17.830	-	**17.830**
Total das outras variações relacionadas com passivos	**18.436**	**-**	**18.436**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**218.699**	**634.017**	**852.716**

	Passivos Empréstimos e Financiamentos	Capital social/AFAC	Total
Em milhares de Reais			
Saldo em 1 de janeiro de 2018	**287.030**	**394.898**	**681.928**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	234.119	**234.119**
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	145.947	-	**145.947**
Pagamento de empréstimos	(237.764)	-	**(237.764)**
Juros pagos	(26.191)	-	**(26.191)**
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(118.008)**	**234.119**	**116.111**
Outras variações	4.795	-	**4.795**
Despesas com juros	17.707	-	**17.707**
Total das outras variações relacionadas com passivos	**22.502**	**-**	**22.502**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**191.524**	**629.017**	**820.541**

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL: Em 01 de janeiro de 2019, o Grupo, como arrendatário, reconheceu ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente de lojas. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudou porque o Grupo reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme efeitos da adoção inicial apresentados na nota explicativa 2.1. A seguir estão apresentadas as movimentações de direito de uso:

Ativo de direito de uso

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**137.789**
Novos contratos	40.806
Rescisões contratuais	(4.018)
Depreciação	(48.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**126.279**

Passivo de arrendamento

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**(171.894)**
Novos contratos	(40.807)
Rescisões contratuais	4.392
Pagamentos	58.996
Provisão de juros	(12.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(162.242)**
Circulante	(44.500)
Não circulante	(117.742)
Total	**(162.242)**

Montante reconhecido no resultado

	Consolidado
Depreciação de direito de uso	48.298
Encargos/AVP do custo de Desmontagem	13.608
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**61.906**

19. IMPOSTOS E TAXAS

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Circulante		
ICMS	1.549	1.878
IR e CSLL	-	106
PIS e COFINS	1.598	3.444
Parcelamento - ICMS	3.950	3.057
Parcelamento - PERT	3.102	241
Parcelamento - REFIS	2.249	2.392
Retenção na fonte a pagar	1.432	1.939
Outros	1.139	30
	15.019	**13.087**
Não Circulante		
Parcelamento - ICMS	9.694	13.313
Parcelamento - REFIS	62	2.861
	9.756	**16.174**

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: O Grupo e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Tributárias	24.125	31.399
Cíveis	5.394	6.366
Trabalhistas	25.918	29.378
	55.437	**67.143**

Segue Movimentação da Provisão:

	Consolidado Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de Dezembro de 2017	**57.012**	**6.677**	**32.890**	**96.579**
Adições	4.721	630	6.022	11.373
Reversões	(30.334)	(941)	(9.534)	(40.809)
Em 31 de Dezembro de 2018	**31.399**	**6.366**	**29.378**	**67.143**
Adições	10.045	617	5.088	15.750
Reversões	(17.319)	(1.589)	(8.548)	(27.456)
Em 30 de Dezembro de 2019	**24.125**	**5.394**	**25.918**	**55.437**

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pulverizadas e têm origem em solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício. As principais causas tributárias provisionadas na posição consolidada, são pela aquisição da rede Rosário e têm origem em diferenças de recolhimento de ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas, originadas em exercícios anteriores a aquisição. Existem outros processos avaliados pelo Grupo como sendo de risco de perda possível, no montante aproximado de R$ 44.097 no consolidado (R$ 32.133 em 31 de dezembro de 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As contingências possíveis são pulverizadas, as principais causas referem-se a: Cíveis - Ação por indenização de danos morais, materiais e produtos vencidos; Trabalhistas - Horas Extras, Adicional Trabalho Noturno, Diferenças Salariais, comissão, etc; Tributárias - ICMS - ST - não recolhimento.

Resumo das causas possíveis:

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Tributárias	21.466	6.303
Cíveis	9.587	5.146
Trabalhistas	13.044	20.684
	44.097	**32.133**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

Impostos diferidos	Consolidado 31.12.2019	Adoção inicial	Adição/ Reversão	31.12.2018
Provisões para contingências	17.628	-	(2.034)	19.662
IR/CS Diferido s/ Prejuízo Fiscal	87.404	-	21.736	65.668
Mais Valia dos Ativos Líquidos de Companhias Adquiridas	(68.435)	-	(15.082)	(53.353)
Amortização fiscal do ágio	(23.226)	-	(11.613)	(11.613)
Leases - CPC06 (R2)	11.542	11.071	471	-
Outros	(9.487)	-	(4.697)	(4.790)
	15.426	**11.071**	**(11.219)**	**15.574**

Detalhamento dos saldos	31.12.2019	31.12.2018
Ativo	28.527	28.259
Passivo	(13.101)	(12.685)
Ativos/Passivos Diferidos	**15.426**	**15.574**

O Grupo avalia que não há riscos de recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista o estudo de recuperabilidade baseado em projeção de resultados futuros. Conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, o Grupo estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 6 a 7 anos:

Períodos	Consolidado
2020	6.560
2021	8.354
2022	9.101
2023	9.382
2024	11.225
2025	13.327
2026	13.497
2027	15.239
2028	17.126
2029	17.930
Total	**121.741**

b. Conciliação da taxa efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

	Controladora 31.12.2019	31.12.2018	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.487)	2.681	4.175	(10.323)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	2.546	(911)	(1.420)	3.510
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(2.544)	911	-	-
Baixa por *Impairment*	-	-	(11.577)	-
Efeito IR do Prejuízo fiscal das controladas não reconhecido	-	-	2.776	9.494
Outras adições/exclusões permanentes	(2)	-	(1.441)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**-**	**-**	**(11.662)**	**13.004**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**-279%**	**-126%**

A D1000 Varejo Farma S.A (controladora) e suas controladas diretas optaram pelo regime de tributação de lucro real.

22. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE SUBSIDIÁRIA

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Circulante		
Valores a pagar aquisição Rede Rosário	3.031	84.024
	3.031	**84.024**
Não Circulante		
Valores a pagar aquisição Rede Rosário	12.000	-
	12.000	**-**

22.1. Movimentação renegociação valores a pagar: Em dezembro de 2019, ocorreu uma renegociação em relação ao valor, termos e condições das contas a pagar de aquisição de Rosário. O efeito foi a redução da dívida relacionada no valor de R$ 63.993 (sendo R$ 5.000 dessa dívida paga durante 2019). A dívida remanescente de R$ 15.031 será paga em 15 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, no montante de R$ 1.000.000, sendo a primeira em 01 de abril de 2020 e última em 01 de outubro de 2023, sujeito a juros remuneratórios equivalentes a 110% do CDI. Esse desreconhecimento foi reconhecido como receita financeira em 2019. **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social:** O capital social integralizado é de R$ 634.017 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 629.017 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 675.473.168 ações ordinárias (670.473.168 em 31 de dezembro de 2018), nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 13 de Dezembro de 2019, a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. aumenta o capital da D1000 Varejo Farma Participações S.A. em R$ 5.000, conforme AGE. **b. Reserva de lucros: • Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída reserva legal pelo fato do Grupo ter apresentado prejuízo. **c. Dividendos:** O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76, não foi constituído provisão para pagamento de dividendo mínimo obrigatório em função do prejuízo acumulado. **24. RESULTADO POR AÇÃO: Resultado básico:** O cálculo básico do resultado por ação em 31 de dezembro de 2019, foi feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, comparativamente com o período findo em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro abaixo:

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Resultado do Período Atribuível aos acionistas	(7.487)	2.681
Quantidade de ações (em milhares - média ponderada)	675.473	670.473
Resultado por ação básico (R$)	(0,011)	0,004

25. RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Venda de produtos	1.201.551	1.227.454
Impostos e outras deduções	(69.340)	(66.386)
Receita operacional líquida	**1.132.211**	**1.161.068**

Receita de venda de produtos refere-se integralmente à atividade fim do Grupo (varejista farmacêutica), substancialmente representada por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor, em sua totalidade realizada no território brasileiro.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Despesas financeiras		
Juros	(24.891)	(21.523)
Juros s/ parcelamentos de impostos	(1.972)	(618)
Resultado de SWAP Ajuste Mercado	1.000	653
Encargos sobre arrendamento	(13.608)	-
Outros	(803)	(225)
	(40.274)	**(21.713)**
Receitas financeiras		
Desreconhecimento do passivo financeiro (a)	63.993	-
Juros	840	1.755
Atualizações monetárias ativas	536	88
	65.369	**1.843**
Resultado financeiro	**(25.095)**	**(19.870)**

(a) Reversão de acordo com a Nota 22.1 (c).

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO: O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. O Grupo e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Grupo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado. A administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. **27.1. Gestão de Capital:** O Grupo mantém uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas e os dividendos para o acionista também são monitorados. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **27.2. Valor justo versus valor contábil:** A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado 31.12.2019 Valor contábil	Valor justo	31.12.2018 Valor contábil	Valor justo	Nível
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e Equivalente de Caixa	49.166	49.166	57.619	57.619	
Derivativos Ativos - Swap	4.575	4.575	2.968	2.968	2
Contas a Receber	13.086	13.086	18.614	18.614	2
Passivos mensurados pelo valor justo					
Empréstimos e Financiamentos	153.352	153.352	125.633	125.633	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	65.347	64.159	65.891	66.399	2
Fornecedores	113.534	113.534	113.704	113.704	2
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	15.031	15.031	84.024	84.024	2
Outras contas a pagar	5.011	5.011	3.972	3.972	2

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pelo Grupo. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **27.3. Valorização dos instrumentos financeiros: a. Caixa e equivalentes de caixa:** As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa do Grupo , no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado. **b. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos através do custo amortizado (moeda nacional) e pelo valor justo de mercado (moeda estrangeira). As variações entre as taxas de juros de empréstimos contratados e as taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes fazem com que o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado. O valor justo é calculado utilizando metodologias de fluxo de caixa descontado. **c. Instrumentos Financeiros - *swaps:*** Mensurados ao valor justo têm como objetivo a proteção às oscilações das moedas estrangeiras. As operações de *swap* em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI, sendo, no entanto, caracterizados como *hedge accounting*. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado. Os *Swaps* estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os *Swaps* contratados o Grupo receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada ("Ponta Ativa") e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI ("Ponta Passiva"). O valor justo da Ponta Ativa é calculado da seguinte forma: o valor em dólares na data de vencimento da operação é descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo da Ponta Ativa é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Ptax de fechamento da data base. O valor justo da Ponta Passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação diária do fator do percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo valor percentual do CDI contratado. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* da taxa pré-fixada brasileira. O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta Ativa e Ponta Passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes de mercado independentes como a BM&F e provedores de informações financeiras enquanto a cotação dólar Ptax é obtida no BACEN. As operações de swap utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:

	Valor de Referência (*Nocional*) 31.12.2019	31/12/2018	Valor justo (*) 31.12.2019	31/12/2018
Indexador:				
Euro + 1,4941169% % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 09/2019	-	5.000	-	(516)
Total Op. Itaú	**-**	**5.000**	**-**	**(516)**
Indexador:				
Euro + 3,5899 % ao ano Banco ABC				
Vencimento: 11/2020	4.667	7.000	241	165
Total Op. Banco ABC	**4.667**	**7.000**	**241**	**165**
Indexador:				
Euro + 1,1765% % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 10/2019	-	5.000	-	(96)
Total Op. Itaú	**-**	**5.000**	**-**	**(96)**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,6198% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 10/2022	11.500	-	(154)	-
Total Op. Safra	**11.500**	**-**	**(154)**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,80% ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 03/2019	-	6.839	-	1.580
Total Op. Itaú	**-**	**6.839**	**-**	**1.580**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,2973 % ao ano Op. Bradesco (HSBC)				
Vencimento: 03/2021	11.113	18.522	1.229	951
Total Op. Bradesco (HSBC)	**11.113**	**18.522**	**1.229**	**951**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,0547% ao ano Op. Bradesco(HSBC)				
Vencimento: 10/2022	20.000	-	(998)	-
Total Op. Bradesco (HSBC)	**20.000**	**-**	**(998)**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,66% ao ano Op. Bradesco(HSBC)				
Vencimento: 03/2019	-	995	-	170
Total Op. Bradesco(HSBC)	**-**	**995**	**-**	**170**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 7,6682% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 09/2021	2.267	3.400	(68)	(180)
Total Op. Safra	**2.267**	**3.400**	**(68)**	**(180)**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,25 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 02/2021	4.500	-	292	-
Total Op. Safra	**4.500**	**-**	**292**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,2619% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 03/2021	2.249	-	49	-
Total Op. Safra	**2.249**	**-**	**49**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,6897 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 11/2022	5.700	-	250	-
Total Op. Safra	**5.700**	**-**	**250**	**-**
Indexador:				
Euro + 1.1765 % ao ano Op. Itau				
Vencimento: 10/2019	-	3.400	-	13
Total Op. Itaú	**-**	**3.400**	**-**	**13**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,54% a.a. BBM				
Vencimento: 11/2020	2.500	5.000	201	167
Total BBM	**2.500**	**5.000**	**201**	**167**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,00% a.a. BBM				
Vencimento: 03/2021	3.333	-	285	-
Total BBM	**3.333**	**-**	**285**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,70% a.a. BBM				
Vencimento: 12/2020	7.500	15.000	267	(180)
Total BBM	**7.500**	**15.000**	**267**	**(180)**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 7,2796% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 07/2021	4.333	6.500	61	(73)
Total Op. Safra	**4.333**	**6.500**	**61**	**(73)**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,3391% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 01/2021	3.638	-	186	-
Total Op. Safra	**3.638**	**-**	**186**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,67% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 04/2019	-	6.000	-	885
Total Op. Safra	**-**	**6.000**	**-**	**885**
Indexador:				
Euro + 0,73 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 03/2020	6.839	-	128	-
Total Op. Itaú	**6.839**	**-**	**128**	**-**
Indexador:				
Euro + 1,1529406% ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 11/2019	-	9.000	-	(140)
Total Op. Itaú	**-**	**9.000**	**-**	**(140)**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,30 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 06/2021	12.000	20.000	961	(274)
Total Op. Itaú	**12.000**	**20.000**	**961**	**(274)**
Indexador:				
Euro + 0,7600 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 06/2020	3.000	-	(54)	-
Total Op. Itaú	**3.000**	**-**	**(54)**	**-**
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,9420% ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 05/2021	4.800	8.000	551	497
Total Op. Itaú	**4.800**	**8.000**	**551**	**497**
Indexador:				
CCB				
Vencimento:	10.000	-	719	-
Total Op. CCB	**10.000**	**-**	**719**	**-**
Indexador:				
SAFRA				
	5.000	-	(85)	-
Total Op. SAFRA	**5.000**	**-**	**(85)**	**-**
	10.000	-	768	-
Indexador:	**10.000**	**-**	**768**	**-**
	10.000	-	(258)	-
Indexador:	**10.000**	**-**	**(258)**	**-**
Total posição Ativa/Passiva	**144.939**	**119.656**	**4.575**	**2.968**
Ativo Circulante	3.546		3.546	3.171
Ativo Não Circulante			3.028	1.394
Passivo Circulante	-	-	(1.253)	(1.173)
Passivo Não Circulante	-	-	(746)	(424)

27.4. Gerenciamento de Risco: a. Risco de crédito: As políticas de vendas e concessão de credito do Grupo estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a pontualidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência. O Grupo registrou provisão para perdas esperadas de contas a receber, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é R$ 513 (R$ 90 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na nota explicativa nº 7.

	Nota	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	49.166	57.619
Contas a receber	**7**	13.086	18.614
Outras contas a receber	**10**	19.974	16.755
		82.226	**92.988**

b. Risco de Liquidez: A política geral do Grupo é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que o Grupo apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, de uma geração operacional de caixa satisfatória, redução da dívida líquida, além de uma melhora projetada no desempenho operacional. Na análise do Capital Circulante Líquido, a D1000 Varejo, vem apresentando melhora em sua geração de caixa, razão pela qual a necessidade de aportes por parte da controladora reduziu substancialmente de R$ 234.100 no exercício de 2018 para R$ 5.000 no exercício de 2019. Como nos anos anteriores, caso não haja a operação de captação de recursos no mercado e caso haja necessidade, a controladora tem a capacidade e intenção de fazer os aportes necessários de capital no prazo de pelo menos 12 (doze meses) da data da aprovação destas demonstrações financeiras. Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2019	Consolidado Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	218.699	229.185	72.662	61.306	92.671	2.546
Fornecedores	113.534	113.534	113.534	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	15.031	15.031	1.031	2.000	4.000	8.000

31 de dezembro de 2018	Consolidado Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	191.524	205.623	40.921	67.091	81.470	16.141
Fornecedores	113.704	113.704	113.704	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	84.024	84.024	-	84.024	-	-

c. Risco de Mercado: Risco da Taxa de Juros: Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. O Grupo tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta indexada ao CDI somada à posição assumida nos *swaps* contratados totaliza R$ 218.699 (R$ 191.524 em 31 de dezembro de 2018). O Grupo considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. No cenário provável, considerando a expectativa de mercado conforme dados do BACEN publicados em 28/01/2020, indicavam uma taxa efetiva média estimada em 4,40% para o ano de 2020, frente à taxa efetiva de 6,50% no período findo em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, em testes de sensibilidade para cenários mais rigorosos, consideramos aumentos na taxa média do CDI da ordem de 25% e 50%. Segue abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos três cenários propostos considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2019:

Operação	Base de cálculo	Cenário provável	Cenário I - Acréscimo de 25%	Cenário II - Acréscimo de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	38.105	1.677	2.096	2.515
Empréstimos indexados ao CDI	(65.348)	(2.875)	(3.594)	(4.313)
SWAPs indexados ao CDI	(153.351)	(6.747)	(8.434)	(10.121)
Despesa de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI		(7.945)	(9.932)	(11.919)
Taxa anual estimada do CDI em 2019		4,40%	5,50%	6,60%

d. Risco de Taxa de câmbio: O Grupo considera exposição à variação do Dólar e Euro um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto aos Bancos Itaú, Safra, BBM, Bradesco, ACB e CCB operações de SWAP observando as mesmas datas, vencimentos e valores nocionais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI. O Grupo calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial em três cenários distintos, considerando a possível variação do dólar Ptax. O Grupo utilizou na construção do cenário provável o dólar e euro futuro para cada vencimento dos seus instrumentos financeiros, obtidos junto a BM&F Bovespa em 31 de dezembro de 2019. O swap não possui custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nocional, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento. O resultado de swap entre a ponta ativa (dólar e euro) e a ponta passiva (CDI), está registrada no ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo. O Grupo tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2019 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados à variação cambial. Enquanto os empréstimos em moeda nacional são reconhecidos pelo seu custo amortizado, os empréstimos em moeda estrangeira e os *swaps* se encontram reconhecidos pelo seu valor justo conforme Deliberações 566 e 603 da CVM. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa do Grupo. O Grupo não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo. Conforme demonstrado abaixo, em nenhum dos cenários, considerando o risco da oscilação do dólar e euro, o Grupo incorreria em perda contábil. Vide a seguir quadro demonstrativo:

Análise de sensibilidade em dólar

	Consolidado Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário I Acréscimo de 25%	Cenário II Acréscimo de 50%
DÓLAR				
Taxa câmbio em 31/12/2019 (a)		4,03	4,03	4,03
Taxa câmbio estimada para 31/12/2019 (a)		4,10	3,08	2,05
Empréstimos em moeda estrangeira	(138.089)	(2.395)	32.726	67.847
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	136.670	2.370	(32.390)	(67.150)
	(1.419)	**(25)**	**336**	**697**

Análise de sensibilidade em euro

	Consolidado Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário I Acréscimo de 25%	Cenário II Acréscimo de 50%
EURO				
Taxa câmbio em 31/12/2019 (a)		4,53	4,53	4,53
Taxa câmbio estimada para 31/12/2019 (a)		4,65	3,48	2,32
Empréstimos em moeda estrangeira	(15.262)	(396)	3.518	7.433
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	15.228	395	(3.510)	(7.416)
	(34)	**(1)**	**8**	**17**

(a) Fonte site do Banco Central do Brasil-taxas de câmbio e boletim focus.

e. Risco de Capital: O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e investimentos de curto prazo.

28. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora 31.12.2019	31.12.2018	Consolidado 31.12.2019	31.12.2018
Despesas gerais e administrativas				
Despesas c/funcionários e serviços terceiros	(4)	(1)	(28.020)	(31.894)
Despesas da Estrutura	-	-	(2.032)	(1.956)
	(4)	**(1)**	**(30.052)**	**(33.850)**
Despesas comerciais e marketing				
Despesas c/funcionários e serviços terceiros	-	-	(196.124)	(199.247)
Despesas da Estrutura	-	-	(27.418)	(85.736)
	-	**-**	**(223.542)**	**(284.983)**
Despesas logística e distribuição				
Despesas c/funcionários e serviços terceiros	-	-	(1.235)	(1.404)
Despesas da Estrutura	-	-	(1.756)	(1.965)
	-	**-**	**(2.991)**	**(3.369)**
Despesas de infraestrutura				
Despesas de depreciação e amortização	-	-	(71.358)	(22.037)
Baixa por *Impairment no goodwill* (nota 15)	-	-	(34.050)	-
	-	**-**	**(105.408)**	**(22.037)**
Outras despesas/receita operacionais				
Despesas de fechamento de lojas/reestruturação	-	-	-	(1.850)
Outras	-	-	(156)	6.888
	-	**-**	**(156)**	**5.038**
Provisão p/Perda crédito esperado				
PCE - Contas a receber	-	-	(423)	(60)
PCE - Outros contas a receber	-	-	(288)	1.385
	-	**-**	**(711)**	**1.325**
Total Despesas Operacionais	**(4)**	**(1)**	**(362.860)**	**(337.876)**

29. COBERTURA DE SEGUROS: O Grupo e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	399.811
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	172.878
Total		**572.689**

30. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS: O Grupo em 31 de dezembro de 2019, não possui fianças bancárias relacionadas às suas operações junto aos seus fornecedores e ações judiciais (R$ 993 em 31 de dezembro de 2018).

Composição da Diretoria

Sammy Birmarcker - Diretor Presidente

Maximiliano Guimarães Fischer - Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Cátia Campos Victer Rodrigues - Contadora - CRC-RJ 078.195/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da D1000 Varejo e Farma S.A. - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo e Farma S.A. (Grupo), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da D1000 Varejo e Farma S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Grupo e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Divulgação dos impactos do novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Operações de Arrendamentos Mercantil

Veja a Notas Explicativas nº 2.1 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O grupo mantêm compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento operacional substancialmente lojas (farmácias), além de imóveis como sede e centro de distribuição. Com os novos requerimentos do pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com vigência para os períodos anuais iniciados em, ou após 1 de janeiro de 2019, foram introduzidos aspectos contábeis complexos para a mensuração do registro do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento e determinação da taxa de desconto dos contratos de arrendamento. Devido a especificidade e o volume dos contratos de arrendamento registrados pelo grupo e a relevância do reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato de variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: O entendimento do processo implementado para a identificação de contratos de arrendamento ou contratos que contêm arrendamentos e das políticas internas adotadas pela administração do Grupo para determinação dos ativos e passivos de arrendamento. Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento. Obtivemos a planilha de cálculo dos impactos iniciais da adoção da norma e, com base em uma amostra de contratos, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Baseados nos procedimentos de auditoria acima efetuados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos como ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável de ativos intangíveis sem vida útil definida

Veja a Nota Explicativa 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O balanço patrimonial, consolidado, em 31 de dezembro de 2019 apresenta saldos de ativos intangíveis sem vida útil definida e ágios por rentabilidade futura apurados nas aquisições em redes varejistas envolvendo combinações de negócios, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura de suas respectivas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), baseadas no plano de negócios preparado pelas controladas da Companhia. As controladas avaliam o valor recuperável levando-se em consideração os fluxos de caixa descontados das UGCs elaborado com base em julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e de negócios, que incluem (i) projeções de taxas de crescimento, (ii) taxa de desconto e (iii) volumes de receita projetadas. Devido à relevância do valor desses ativos, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados e considerando o impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises do valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos para as UGCs relacionadas as premissas significativas, tais como moeda, período projetivo, receitas, deduções, custos e despesas, depreciação, impostos sobre o lucro, Capex, capital de giro, taxa de desconto e ajuste de equity. As metodologias utilizadas e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com os resultados financeiros recentes e com as projeções definidas pela Administração, bem como efetuamos análises independentes de sensibilidade para os principais dados e premissas das projeções. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, os saldos dos ativos intangíveis sem vida útil definida e ágios por rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Grupo, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração do Grupo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Grupo e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7